

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**COMITÉ DOS REPRESENTANTES  
PERMANENTES**

**Décima Oitava Sessão Ordinária  
24 - 26 de Junho de 2009**

**SIRTE - LÍBIA**

**EX. CL/506 (XV)**

**NOTA INTRODUTÓRIA:  
RELATÓRIO DO DIÁLOGO ÁFRICA-UE: COMUNICADO DA 12ª  
REUNIÃO DA TROIKA MINISTERIAL ÁFRICA-UE,  
LUXEMBURGO, 28 DE ABRIL DE 2009**

**NOTA INTRODUTÓRIA:**  
**RELATÓRIO DO DIÁLOGO ÁFRICA-UE: COMUNICADO DA 12ª REUNIÃO**  
**DA TROIKA MINISTERIAL ÁFRICA-UE, LUXEMBURGO, 28 DE ABRIL DE**  
**2009**  
**NOTA INTRODUTÓRIA:**

No quadro do Diálogo África-UE, a 12ª Reunião da Troika Ministerial África-UE foi realizada em Luxemburgo no dia 28 de Abril de 2009.

Para além da actual crise económica e financeira, agenda das alterações climáticas e o intercâmbio de ideias sobre os recentes acontecimentos deste a 11ª Reunião da Troika Ministerial (incluindo as questões da paz e segurança), os Ministros discutiram a ***Implementação da Estratégia Conjunta e Primeiro Plano de Acção África-UE.***

Os Ministros saudaram os progressos realizados na implementação desde a última Reunião da Troika Ministerial, sublinharam o seu contínuo e forte compromisso para esta ambiciosa e abrangente iniciativa e destacaram a necessidade de alcançar cada vez mais progressos tangíveis tanto ao nível político como técnico-operacional. Reconheceram a realização dos 8 projectos de roteiros de implementação elaborados pelos Grupos de Peritos Conjuntos (JEGs) informais como os documentos existentes e acordados para a utilização dos roteiros actualizados como uma base para a revisão a meio percurso da implementação da Estratégia Conjunta.

Os Ministros realizaram uma reunião bem-sucedida com representantes dos Parlamentos Europeu e Pan-Africano e aprovaram as suas propostas sobre o envolvimento na implementação da Estratégia Conjunta como uma base sólida para o trabalho posterior; aprovaram a realização de um workshop sobre os aspectos de financiamento da Estratégia Conjunta em Adis Abeba após 21 de setembro de 2009; saudaram os progressos no envolvimento da sociedade civil no processo de implementação; e decidiram em realizar uma revisão geral a meio percurso da Estratégia Conjunta e do Plano de Acção na sua próxima reunião no Outono de 2009.

**Via a seguir**

Para garantir que progressos tangíveis sejam realizados na implementação da Estratégia Conjunta e do Primeiro Plano de Acção, deve-se proceder ao seguinte:

1. A questão do adequado financiamento tanto para a arquitectura como para as actividades/projectos deve ser abordada de forma geral. Tanto a parte da UE como a parte africana devem estar preparadas para assumir os compromissos de recursos o mais breve possível;
2. À luz do acima exposto, todas as partes devem ser encorajadas a levar a cabo as medidas necessárias para garantir o sucesso do workshop de financiamento, cuja realização está prevista para Setembro de 2009;
3. As Comunidades Económicas Regionais, sendo os pilares de base da integração continental de África, devem desempenhar uma função activa no processo de implementação. Neste sentido, as CERs que ainda devem manifestar o interesse nas oito parcerias, devem ser encorajadas a fazê-lo de modo a garantir a implementação com sucesso;
4. Os Estados Membros devem igualmente assegurar que peritos de alto nível sejam designados para participar no trabalho dos Grupos de Peritos Conjuntos. Isto é necessário para garantir resultados qualitativos das actividades do Grupo de Peritos Conjuntos.

**EX. CL/506 (XV)**  
**Anexo**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO SOBRE A**  
**IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO DIÁLOGO CONJUNTO**  
**ÁFRICA-UE E DO SEU PLANO DE ACÇÃO**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia

P. O. Box 3243

Telephone: 5517 700

Fax: 5517844

Website: [www.Africa-union.org](http://www.Africa-union.org)

---

**COMITÉ DOS REPRESENTANTES  
PERMANENTES**

**Décima Oitava Sessão Ordinária  
24 - 26 de Junho de 2009  
SIRTE - LÍBIA**

**EX. CL/506 (XV)  
Anexo**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO SOBRE A  
IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO DIÁLOGO CONJUNTO  
ÁFRICA-UE E DO SEU PLANO DE ACÇÃO**

## RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DO DIÁLOGO CONJUNTO ÁFRICA-UE E DO SEU PLANO DE ACÇÃO

### Introdução

No âmbito do diálogo África-UE, a 1ª reunião da tróica ministerial da África – EU teve lugar em Luxemburgo, a 28 de Abril de 2009. A reunião dos ministros co-presidida por S.E. Jan Kohout, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da República Checa e presidente em exercício do Conselho da União Europeia (EU), e S.E. Dr. Ali A. Treki, Secretário para Assuntos da União Africana da Grande Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista e o presidente em exercício do Conselho Executivo da União Africana (UA).

A tróica da UE foi composta por S.E. Javier Solana, alto representante da UE para a Política Externa Comum e Segurança, a S.E. Sr. Louis Michel, Comissário da UE para o Desenvolvimento e a Ajuda Humanitária e as Relações com Estados da África, Caraíbas e Pacífico, e a S.E. Frank Belfrage, secretário de estado junto do ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia.

A tróica africana foi constituída igualmente por S.E. embaixador Ramtane Lamamra, Comissário da UA para a Paz e Segurança, e S.E. Mohammed Omar Maundi, embaixador da República Unida da Tanzânia na Etiópia e junto da União Africana.

### I. Desafios Globais

#### 1. a. Crise Económica e Financeira

1. Os ministros acolheram com agrado o resultado da Cimeira do G20 em Londres e manifestaram a necessidade de uma abordagem concertada ao nível global e de respostas sustentáveis à actual desordem económica global. Sublinharam que a recuperação económica era impossível sem uma solidariedade forte entre os países em vias de desenvolvimento e os desenvolvidos. A este respeito, recordaram que a parceria África-UE foi vital para assegurar a participação do presidente da UA, da CUA e a NEPAD na Cimeira de Londres.

2. A parte da UE reiterou a sua vontade de honrar os seus compromissos em relação à Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) apesar da crise e lembrou o aumento da contribuição total para a APD, pelos Estados-membros da EU, que foi cerca de 0.40% do seu RNB, em 2008, recordando o papel essencial da APD como um complemento a outras fontes de financiamento para

o desenvolvimento. Ambas as partes aguardam com expectativa às negociações ao nível dos ministros do Desenvolvimento do G8, cuja reunião terá lugar de 21 a 22 de Maio de 2009, culminado na Cimeira do G8 em Itália (8 a 10 de Julho 2009).

3. Os ministros registaram com interesse a iniciativa da Comissão Europeia, de 8 de Abril de 2008, sobre o “apoio aos países em vias de desenvolvimento para fazerem face à crise”, propondo acções oportunas, objectivas e coordenadas para a União Europeia no seu conjunto. Os ministros sublinharam que a iniciativa reflectia uma forte solidariedade entre a UE e o mundo em desenvolvimento e a determinação da UE de liderar as acções de ajuda aos países em vias de desenvolvimento, com vista a ultrapassarem a crise actual. Durante os seus debates, os ministros identificaram as seguintes medidas como sendo de capital importância para ajudar os países em vias de desenvolvimento a enfrentarem a crise:

- respeitar os compromissos, de modo a atingirem as suas metas relacionadas com a APD em 2010 e 2015;
- desenvolver novas formas de concessão da ajuda, de maneira a estimular a actividade do sector privado, o desenvolvimento social e dar primazia à outras fontes de ajuda pública; neste contexto, fontes inovadoras de financiamento devem ser desenvolvidas e mobilizadas;
- proteger os países em vias de desenvolvimento mais vulneráveis com a ajuda de todos os instrumentos disponíveis, inclusive através da possibilidade de estabelecimento de uma FLEX-vulnerabilidade e dum apoio orçamental, para assegurar a prestação dos serviços sociais fundamentais;
- estimular o crescimento e a criação de emprego através da i) realização de ligações inexistentes das infra-estruturas, que foi objecto de discussão na recente Cimeira da UA, em Adis Abeba, em Fevereiro de 2009, para a qual a UE visa conceder apoio através de um fundo fiduciário reforçado e remodelado para as infra-estruturas; ii) revitalizar a agricultura, particularmente, através da iniciativa recentemente lançada do fundo alimentar de €1bilhão da UE; iii) apoiar o comércio e os investimentos, continuando a dar ajuda ligada ao comércio no valor de €2 biliões, em 2009 e em 2010; iv) explorar o potencial do sector informal com vista a criação de emprego;
- apoiar o investimento directo estrangeiro, como um componente importante de financiamento do desenvolvimento e do alívio da pobreza em África; e

- continuar a resolver a questão da dívida através das várias iniciativas existentes e do fórum internacional, a fim chegar a uma solução adequada e duradoura para este problema, que continua a constituir um grande obstáculo ao desenvolvimento de muitos países africanos.

4. Os ministros recordaram a importância do progresso dos acordos de parceria económica (APE), no espírito do Acordo de Cotonou e das provisões da Estratégia Conjunta África-UE.

5. Os ministros realçaram a importância duma “melhor ajuda” e concordaram em explorar todas as possibilidades para assegurar uma maior eficácia da ajuda, a coerência da política e a coordenação do doador. A execução eficiente da estratégia conjunta da África-UE foi um teste para esta questão importante.

6. Os ministros acolheram com agrado a decisão tomada pelos líderes durante a Cimeira do G20 em Londres, de se reunirem outra vez no fim do ano e apelaram para uma representação africana apropriada, tanto ao nível nacional como regional, nessa reunião. Além disso pediram UA e o seu programa socioeconómico NEPAD que estivessem continuamente envolvidos neste processo. Os ministros sublinharam a necessidade da África e da UE usarem a estratégia conjunta para reforçarem mais o diálogo político sobre as questões de interesse comum e as medidas possíveis para vencerem a crise financeira e económica.

7. Os ministros tomaram nota do aumento dos recursos do FMI acordado na Cimeira do G20, que teve lugar recentemente em Londres. Registaram, a este respeito, as opiniões expressas pela parte africana, que apelaram por uma maior flexibilidade, que lhes permita ter acesso aos novos recursos, inclusive através duma revisão do quadro macroeconómico de sustentabilidade da dívida e o sistema de avaliação.

#### **I.b. Agenda das Alterações Climáticas: Preparação da Conferência de Copenhaga**

8. Os ministros concordaram que a visão comum da África e UE, a respeito da agenda das alterações climáticas, deve ser levada a cabo no âmbito da estratégia conjunta e da declaração conjunta sobre as alterações climáticas adoptada em Adis Abeba, no dia 1 de Dezembro de 2008, antes da Conferência de Poznan (Polónia), como um primeiro resultado da implementação da Parceria África-UE sobre as Alterações Climáticas. De igual modo, apelaram para a implementação da Declaração Conjunta como um quadro apropriado para o progresso dos esforços conjuntos da África-UE pertinentes à Conferência da ONU, em Copenhaga, sobre as Alterações Climáticas, em Dezembro de 2009 e no futuro.



9. Os ministros concordaram com o imperativo de assegurar que as rondas finais das negociações das Nações Unidas, agendadas para 2009, registem progressos concretos e preparem as condições para um novo acordo global ambicioso para o combate às alterações climáticas, a ser concluído durante a Conferência da ONU, em Copenhaga, sobre as Alterações Climáticas, em Dezembro próximo.

10. Os ministros observaram que a reunião de Bona, que terminou a 8 de Abril de 2009, marcou a primeira ronda de negociação, desde a Conferência da ONU, em Poznan, em Dezembro último, que concordou em fazer avançar o processo para “a modalidade de negociações totais.”

11. Os ministros consideraram que o debate em Bona permitiu identificar as áreas de convergência, explorar as opções para a resolução das áreas de divergência e destacou o vácuo que precisa de ser preenchido, antes de se chegar a acordo. O resultado das negociações de Bona, de Março-Abril, servirá de base para o primeiro projecto de textos das negociações do presidente, que deverá ser apresentado a tempo para a próxima sessão de negociações em Junho. A UE lembrou a sua posição sobre o acordo de Copenhaga numa série de conclusões do Conselho.

12. Os ministros tomaram conhecimento de que a UE continua determinada a desempenhar o papel de vanguarda, com vista a obtenção de um acordo global e detalhado sobre as alterações climáticas em Copenhaga, em Dezembro de 2009, que visa a redução do aquecimento do planeta abaixo de 2°C. Para o efeito, a UE recordou o seu compromisso de reduzir a emissão de gases com efeito de estufa para 30%, como sendo a sua contribuição para um tal acordo, contanto que outros países desenvolvidos se comprometam à reduções semelhantes de emissão e que os países em vias de desenvolvimento, avançados, contribuam de forma adequada, de acordo com suas responsabilidades e capacidades respectivas. As fontes de financiamento internas e externas importantes, tanto públicas como privadas, serão necessárias para as medidas de mitigação e de adaptação, particularmente nos países em vias de desenvolvimento mais vulneráveis. A UE dará a sua parte do financiamento para essas medidas em países em vias de desenvolvimento. Os futuros debates sobre a angariação do apoio financeiro devem centrar-se, entre outras coisas, em abordagens diferentes, incluindo a de contribuição com base numa escala previamente acordada, baseada no mercado, abordagens sobre arranjos de leilão ou uma combinação destas e outras opções. A UE foi da opinião de que as alterações climáticas devem ser integradas nos planos e políticas nacionais de desenvolvimento pertinentes. A UE salientou a necessidade de promover a participação das mulheres em actividades relacionadas com as alterações climáticas e em processos de tomada de decisão.

13. A parte africana destacou a necessidade de elevar a consciência pública no que respeita as implicações sociais, económicas e ambientais que as alterações climáticas suscitam e de tomar medidas urgentes para a implementação das medidas de adaptação e de mitigação. A parte africana enfatizou os esforços em curso a nível do continente africano, que visam assegurar que os países africanos e as comunidades económicas regionais (CERs) se preparem a tempo e que falem numa só voz durante as rondas de negociações de 2009.

14. Os ministros sublinharam que os interesses comuns de África e da UE relacionados com a agenda sobre as alterações climáticas devem ser levados a cabo no âmbito da estratégia conjunta, tal como recomendou o grupo de trabalho conjunto.

## **II. Implementação da estratégia/primeiro plano de acção conjuntos**

15. Os ministros elogiaram o progresso feito desde a última tróica ministerial na implementação da parceria estratégica entre África e a UE. Sublinharam o seu compromisso sólido e contínuo com este esforço ambicioso e de grande envergadura, e realçaram a necessidade de haver progressos mais concretos, tanto ao nível político como técnico-operacional. No contexto internacional actual, é imperioso que a África e a UE congreguem esforços e resolvam em conjunto a crise económica e financeira complexa. Mais do que nunca, ambas as partes devem aproveitar igualmente as novas oportunidades de trabalhar em conjunto sobre as questões candentes, tais como a paz e a segurança, as alterações climáticas, o acesso à energia e a segurança energética. Finalmente, os ministros reiteraram a sua determinação de desenvolver a dimensão da parceria centrada na população. Incentivaram parlamentares e actores paraestatais e, em particular, a sociedade civil e o sector privado, a participarem activamente na agenda de Lisboa e convidaram os grupos de especialistas conjuntos (JEGs) à associá-los em seu trabalho respectivo e a facilitar a sua participação efectiva.

16. No que diz respeito ao primeiro plano de acção da estratégia (2008-2010), os ministros:

- a) acolheram com agrado os resultados obtidos das 8 parcerias temáticas acordadas em Lisboa. Eles reconheceram a apresentação dos 8 projectos de roteiros de implementação preparados pelos JEGs informais como documentos “vivos”. Documentos detalhados serão afixados no Website conjunto. Os ministros manifestaram a esperança de virem a receber as actualizações regulares sobre o progresso feito em todas as iniciativas acordadas em Lisboa. Concordaram em utilizar os roteiros actualizados como base para a revisão a médio prazo da

implementação da estratégia conjunta. Os ministros convidaram todos os JEGs informais a tomarem urgentemente as seguintes medidas:

- refinar mais os roteiros, de modo a identificar melhor as suas prioridades, projectos, actores, recursos, calendários e resultados;
- resolver o problema da escassez de recursos, dos mecanismos de implementação ou dos arranjos de apoio;
- contactar de forma proactiva as partes interessadas e os parceiros internacionais que têm estado pouco envolvidos;
- empreender uma avaliação de médio prazo das suas parcerias respectivas;

b) acolheram com agrado os resultados positivos das reuniões informais realizadas entre as presidências da UE e da UA, comissões e os parlamentos europeu e Pan-africano (PE e PPA). Antes da tróica, os ministros realizaram uma reunião frutuosa com os representantes do PE e do PPA, e discutiram, em particular, as recentes propostas conjuntas dos parlamentos sobre a sua participação activa na execução e monitoração da estratégia conjunta, que se referem em particular:

- à participação dos representantes do PE e do PPA em reuniões informais dos JEG e em reuniões do grupo de trabalho conjunto África-UE (JTF);
- à ambos os parlamentos que estão a ser ouvidos e que têm a oportunidade de comentar ou de formular recomendações e sugestões sobre o relatório de progresso anual ou relacionados com assuntos específicos e acções pertinentes às parcerias, para a consideração da tróica ministerial;
- aos presidentes do PPA e do PE, que estão a ser convidados a participar na abertura solene destas Cimeiras e a apresentar aos participantes na Cimeira as conclusões dos seus parlamentos sobre a implementação do plano de acção e as suas sugestões relativas às futuras orientações da estratégia.

Os ministros endossaram estas propostas como sendo uma base sólida para um trabalho mais aprofundado e esperam ter trocas mais regulares com os dois parlamentos nesta matéria.

- c) acolheram com agrado e endossaram os resultados do JTF realizado em Bruxelas (de 17 a 18 de Março de 2009) pela primeira vez no novo formato, juntando os serviços das duas comissões, co-presidentes africanos e europeus do JEG, coordenadores/pontos focais nacionais e representantes das presidências da UE e da UA, do PE e do PPA, bem como das sociedades civis de ambos os continentes. Os ministros sublinharam a importância do JTF de abordar as questões transversais e de reforçar a cooperação, a coordenação e as sinergias entre os parceiros principais da estratégia conjunta. Consequentemente, endossaram o novo formato e convidaram as duas comissões a organizarem as próximas reuniões do JTF nessa base e antes das futuras tróicas ministeriais.
- d) registaram a decisão da Conferência da União Africana sobre o diálogo África-UE, tomada durante a última Cimeira da UA, que teve lugar em Addis Ababa (de 1 a 3 de Fevereiro de 2009). Os ministros instaram uma vez mais os Estados africanos e os Estados-membros da UE, bem como as CERs africanas e outras partes interessadas a participarem efectivamente na implementação e na monitorização da estratégia conjunta, e a assegurarem a alocação dos recursos necessários, de modo a encorajar a sua implementação eficaz. A participação das CERs e de outras organizações regionais é vital para produzir os resultados em todas as parcerias, em particular aquelas ligadas à paz e segurança, ao comércio, à integração regional e às infra-estruturas. Os ministros endossaram em particular a realização de um workshop sobre os aspectos do financiamento da estratégia conjunta em Adis Abeba, depois de 21 de Setembro de 2009, imediatamente após o Grupo de Trabalho (JTF) alargado e pediram que as duas comissões comesçassem os trabalhos preparatórios necessários. Os ministros convidaram todos os parceiros pertinentes a contribuírem para estes preparativos.
- e) por último, os ministros saudaram o grande progresso registado em ambas as partes no sentido de envolverem melhor os representantes das sociedades civis africanas e europeias na estratégia conjunta. Observaram que o comité directivo provisório da sociedade civil da UA, criado em Acra, em Março de 2007 e reconstituído no âmbito do ECOSOCC em Nairobi, em Março de 2009, acompanhava activamente a execução da estratégia e que a contraparte europeia tinha sido constituída na primavera de 2008. Eles notaram também que os representantes da sociedade civil tinham começado a participar nos primeiros JEGs. Por conseguinte, os ministros convidaram os representantes da sociedade civil e os co-presidentes dos JEGs a estabelecerem rapidamente mecanismos eficazes de diálogo e de cooperação entre eles, e a assegurarem-se de que pelo

menos um representante de cada parte participe em cada um dos JEGs.

17. Com base no acima exposto, os ministros concordaram em efectua uma revisão geral de médio prazo da estratégia conjunta e do plano de acção na sua próxima reunião, em Outono de 2009.

### **III. Desenvolvimentos recentes desde a última reunião da tróica**

#### **III.a. Paz e questões de Segurança em África**

##### **Sudão**

18. Em relação ao Sudão, os ministros reafirmaram a importância estratégica da implementação do acordo geral de paz (CPA), que tem a perspectiva de uma transformação nacional política e democrática pacífica do Sudão. Neste contexto, os ministros saudaram o anúncio, segundo o qual as eleições de âmbito nacional serão realizadas em Fevereiro de 2010.

19. Os ministros elogiaram os esforços recentes da comunidade internacional, que visam relançar o processo de paz em Darfur. Elogiaram, em particular, o papel fundamental do mediador conjunto da UA/ONU, Djibrill Bassolé, e o apoio das iniciativas regionais e internacionais neste processo. Os ministros sublinharam a necessidade de haver progresso nas negociações de paz e convidaram todos os actores sudaneses a superarem rapidamente o actual impasse e a cumprirem as suas responsabilidades. Os ministros salientaram a necessidade de assegurar-se a continuidade da ajuda humanitária às populações mais vulneráveis do Sudão, especialmente as mulheres e crianças. Neste contexto, a UE sublinhou a sua posição, convidando o governo sudanês a inverter a sua decisão de revogar as licenças das 3 ONGs locais e de 13 internacionais. Os ministros apelaram ao governo do Sudão para promover um ambiente favorável à operações humanitárias eficazes e convidaram todas as partes a respeitarem as regras humanitárias, incluindo o comunicado conjunto sobre a facilitação da ajuda humanitária em Darfur.

20. Os ministros discutiram sobre as implicações da decisão tomada pelo Tribunal Penal internacional (ICC) sobre o Sudão. Reiteraram a necessidade de combater a impunidade, de acordo com os princípios e o direito internacional estabelecidos. Os ministros recordaram as suas posições respectivas em relação às decisões tomadas pelo ICC. A UE recordou que o Tribunal Penal internacional (ICC) é uma instituição judicial independente e desempenha um papel fundamental na promoção da justiça, e reiterou o seu apelo ao governo sudanês para que coopere com o ICC. A parte africana reiterou a sua posição, apelando para o adiamento do processo do ICC, em conformidade com o artigo 16 do estatuto de Roma sobre o ICC e sublinhou que a busca da justiça deve

ser feita de maneira a não impedir nem a comprometer a promoção da paz duradoura e da segurança, bem como o processo de paz em Darfur. Ambas as partes saudaram o estabelecimento do painel de alto nível da UA em Darfur, chefiado pelo antigo Presidente Thabo Mbeki, com o mandato de analisar a situação em Darfur.

### **Chade/Sudão**

21. Os ministros enfatizaram a importância da normalização das relações entre o Sudão e o Chade. Os efeitos das actividades em curso dos grupos de rebeldes nos dois lados da fronteira, continuam a constituir uma grande preocupação. Por isso, convidaram todos os actores na região a intensificar os seus esforços, inclusive no quadro do acordo de Dacar, com vista a encontrarem uma solução política para as tensões.

### **Chade**

22. Os Ministros sublinharam a necessidade de um maior envolvimento do governo e da oposição no Chade, no quadro do acordo político de 13 de Agosto de 2007, a fim consolidarem o processo democrático. Eles mostraram-se satisfeitos pelo progresso feito com a adopção da legislação crucial e convidaram as partes a continuarem os seus esforços com vista à realização de eleições livres e justas dentro de um prazo razoável. Os ministros mostraram-se igualmente satisfeitos com a transferência bem sucedida da autoridade da EUFOR Chade/RCA para a MINURCAT, a 15 de Março de 2009. Eles reconheceram o destacamento da EUFOR como tendo sido uma contribuição para a melhoria do ambiente de segurança geral para o pessoal internacional e da ajuda humanitária, assim como para a população local nas suas áreas de operações.

### **Somália**

23. Os ministros concordaram que a eleição do presidente Sheikh Sharif Sheikh Ahmed e o estabelecimento do novo governo de transição cria uma oportunidade para a promoção da paz e da estabilidade na Somália. Convidaram todas as partes, que continuam a opor-se ao processo político, a absterem-se da violência e a aproveitarem esta oportunidade para promover a paz e o desenvolvimento na Somália. Ambas as partes acolheram com agrado os resultados positivos da conferência sobre a Somália realizada em Bruxelas, de 22 de 23 de Abril de 2009, com a finalidade de ajudar o governo de transição a criar as condições necessárias de segurança, o estabelecimento das instituições do Estado e a promoção da reconciliação nacional. A UE contribuiu, durante a conferência, com o montante de 123 milhões de \$EU, da quantia total prometida de 215 milhões de \$EU. Ela manifestou o seu compromisso contínuo

de apoiar o novo governo, entre outras coisas, a reconstruir as infra-estruturas, a fornecer a ajuda humanitária e a criar novas oportunidades de emprego.

24. A UE elogiou o trabalho da UA na Somália através da AMISOM, destacando a coragem das tropas do Burundi e do Uganda. A parte africana expressou o seu apreço à UE pelo apoio que concedeu à AMISOM e apelou pela implementação célere da Resolução 1863 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Entretanto, a UA solicitou a ONU que concedesse apoio logístico à UA, em conformidade com a referida Resolução. Os ministros realçaram a importância de desenvolver o sector de segurança da Somália, enquanto reforça simultaneamente a boa governação e o estado de direito no país. Os ministros convidaram os países que tinham feito promessas de contribuição com tropas à AMISOM a enviá-las urgentemente à Somália, a fim de ajudar a atingir o efectivo militar da AMISOM inicialmente requerido de 8000 tropas, de modo a puder estabilizar a situação de segurança no país.

25. Os ministros observaram que a pirataria ao longo da costa somali e no golfo de Edem continua a constituir uma grande ameaça à segurança regional e ao comércio internacional. A este respeito, a parte africana elogiou a UE por contribuir para os esforços internacionais, que visam melhorar a segurança marítima ao longo da costa de Somália, através do envio da operação naval, a NAVFOR ATALANTA da UE. Esta contribuição, que é parte da acção internacional coordenada contra a pirataria, é essencial para assegurar a protecção das embarcações do Programa Alimentar Mundial, que faz a distribuição de alimentos às pessoas deslocadas na Somália, assim como para deter a pirataria ao longo da costa somali e no golfo de Edem, em particular. Os ministros concordaram que há uma ligação entre a pirataria, a segurança e o desenvolvimento e que a cooperação regional, assim como o reforço da capacidade do Governo Federal de Transição somali, são necessários para resolver as causas principais da pirataria.

### **III.b. Flagelo de golpes de estado**

#### **Madagáscar**

26. As duas partes discutiram sobre a situação no país, após o derrube inconstitucional do presidente Ravalomanana. A parte africana informou sobre os esforços da mediação que estavam a ser feitos com a ONU, a SADC, o COI e o Conselho das Igrejas, bem como com o representante da Francofonia. A reunião analisou o resultado das cimeiras da SADC em 19 e em 30 de Março. Ambas as partes informaram sobre as medidas que tinham tomado em relação ao país e ponderaram sobre a forma como contribuir para a resolução da crise. Os ministros apelaram para a suspensão imediata das eleições nacionais e o regresso à ordem constitucional. A UE manifestou o seu apoio à convocação do grupo de contacto internacional pela UA em 30 de Abril de 2009.

## **Mauritânia**

27. Os ministros felicitaram a UA pelos recentes esforços que fez e tomaram nota da decisão do Conselho de Paz e Segurança da UA, tomada durante a sua reunião de 24 de Março de 2009, de impor sanções contra todas as pessoas, tanto civis como militares, cujas actividades visam manter o *status quo* inconstitucional na Mauritânia. As partes voltaram a discutir sobre a decisão da UE de pôr fim as consultas no âmbito do artigo 96 de Cotonou e de adoptar medidas apropriadas em relação à sua cooperação com a Mauritânia, em substituição do congelamento da cooperação em vigor desde o golpe de estado. Eles tomaram nota da decisão do presidente “do Alto Conselho do Estado” de se demitir desse cargo e de transferir os poderes presidenciais provisórios ao presidente do Senado, apesar do facto de o presidente legítimo nunca ter abandonado o seu mandato. Os ministros manifestaram a sua preocupação pela falta da adopção de medidas positivas, que visem uma solução consensual para crise, baseadas num processo político transparente, inclusivo, representativo e justo, que leve, o mais cedo possível, à restauração da ordem constitucional na Mauritânia.

## **Guiné**

28. Os ministros tomaram nota do anúncio preliminar do presidente do CNDD, Dadis Camara, de organizar eleições legislativas e presidenciais, a 11 de Outubro e 13 de Dezembro de 2009, respectivamente. Incentivaram as autoridades a respeitarem este calendário, por constituir um passo importante no processo de restauração da ordem constitucional. Eles acolheram com agrado o recente levantamento da proibição das actividades políticas, como um pré-requisito para as eleições livres e justas no país. Por outro lado, os ministros, enquanto sublinhavam a necessidade de pôr fim a impunidade na Guiné, exprimiram a sua preocupação pela maneira como as autoridades levam a cabo uma detenção e a acusação de suspeitos de corrupção e do crime organizado. O respeito pelos procedimentos legais é essencial. A UE anunciou que as consultas sob o artigo 96 do acordo de Cotonou serão efectuadas no dia 29 de Abril em Bruxelas, na qual a UA foi convidada a participar.

## **III.c. Zimbabué**

29. As duas partes saudaram o progresso feito na implementação do acordo político global (APG), em particular a formação do governo da unidade nacional no Zimbabué. Exortaram as partes a observar estritamente as disposições do APG, inclusive o respeito pelo estado de direito, e a tudo fazerem para assegurar uma boa conclusão do processo que iniciaram, bem como para criar um ambiente favorável a este fim, no melhor interesse das populações do Zimbabué.



30. Os ministros trocaram opiniões sobre os esforços internacionais relativos ao Zimbabué, inclusive a visita da missão do Fundo Monetário Internacional de 9 a 24 de Março. Discutiram sobre a retomada dos contactos com o governo zimbabueano, as relações com as instituições de financeiras internacionais e a maneira como manter e reforçar a participação da ONU, da UA, da SADC e da África do Sul no processo. A UE acolheu com agrado a decisão do governo da unidade nacional do Zimbabué de participar num diálogo político com a UE.

31. Os ministros discutiram sobre a situação humanitária no país e observaram que a necessidade de ajuda humanitária persistiria por muito tempo. A parte africana instou a UE a continuar a conceder a ajuda tão necessária para aliviar o sofrimento das populações do Zimbabué e auxiliar a recuperação económica social do país, bem como reiterou o seu apelo para o levantamento imediato de todas as sanções impostas ao Zimbabué. A UE reafirma o seu compromisso com as populações zimbabueanas, com um programa de ajuda humanitária importante e duradouro. A UE reafirma que está pronto a apoiar a recuperação económica e social do Zimbabué, logo que der sinais concretos de retorno ao respeito pelos direitos humanos, ao estado de direito e de estabilização macroeconómica. A UE sublinhou que não impôs sanções ao Zimbabué como país, mas sim medidas restritivas que visam indivíduos e entidades relacionados com as atrocidades e a violência eleitoral. A UE convidou as autoridades zimbabueanas a libertarem imediatamente todos os presos políticos. A parte africana reiterou o seu apelo urgente à UE para que trate da situação no Zimbabué com a flexibilidade necessária, a fim de facilitar uma rápida recuperação económica e social do país e a consolidação do progresso feito até agora.

### **III.d. Outras Questões**

32. Os ministros mostraram-se satisfeitos com a cooperação exemplar entre os parceiros internacionais nos seus esforços para apoiar o processo de transição para democracia na Mauritânia e na Guiné. Os ministros foram da opinião de que a manutenção da ordem constitucional no caso da Guiné-Bissau poderia ser realizada, especialmente com um apoio adequado dos parceiros em áreas tais como a organização de eleições, a reforma do sector da segurança e a luta contra o tráfico da droga.

33. Os ministros enfatizaram que a instabilidade política, as instituições frágeis e a falta de recursos dão origem ao crime organizado, em particular o tráfico de drogas, de armas ligeiras e de pequeno porte e de seres humanos. Destacaram a necessidade de continuarem a cooperar com os governos nacionais, as organizações regionais e a ONU, na ajuda aos Estados em áreas, nomeadamente a de situação pós-conflito e a construção de capacidades necessárias para resolver de forma eficaz esses desafios. Os ministros

salientaram a necessidade de haver uma investigação independente sobre as causas da morte do presidente João Bernardo Vieira, e incentivaram a UA, a CEDEAO e a CENSAD a tomarem as medidas necessárias para este efeito.

### **III.e. A Paz e as Questões de Segurança na Europa/Balcãs ocidentais**

34. A parte africana tomou nota da posição da UE segundo a qual a perspectiva europeia dos Balcãs ocidentais, tal como estipulado no Processo de Estabilização e Associação, a Agenda Tessalónica de 2003 para os Balcãs ocidentais e a Declaração de Salzburgo de 2006, permanece essencial para a estabilidade, a reconciliação e o futuro dos Balcãs ocidentais. A presença da UE nos Balcãs ocidentais, dentro no quadro da ESDP, é uma parte fundamental da perspectiva global da UE. O apoio à estabilidade é necessário para a realização de progresso no processo da integração europeia.

35. A parte da UE sublinhou que o Processo de Estabilização e de Associação continua a ser o quadro geral de via europeia para os países balcânicos ocidentais até a sua futura adesão. Os acordos da estabilização e de associação e os acordos provisórios foram concluídos com seis países balcânicos ocidentais.

36. Em relação às eleições na região ocidental dos Balcãs, a parte da UE recordou a importância de garantir eleições livres e justas, em conformidade com as normas e os compromissos internacionais. A UE ajuda o desenvolvimento político e económico do Kosovo, com uma perspectiva europeia clara, em conformidade com a perspectiva europeia da região. A participação plena do Kosovo em iniciativas regionais deve ser assegurada de maneira construtiva. A cooperação regional entre todos os Balcãs ocidentais é vital, porque contribui para uma compreensão mútua na região e a busca de soluções para as questões de interesse comum.

### **IV. Processo de integração africana após a Cimeira da UA em Adis Abeba**

37. Os ministros saudaram o progresso feito na integração da NEPAD nas estruturas e processos da UA e incentivaram a Comissão da UA a finalizar este processo. Os ministros acolheram ainda com agrado o progresso registado no processo de desenvolvimento de um programa da integração mínimo, que visa intensificar as actuais iniciativas de cooperação económica e as medidas para acelerar o processo de integração dos sectores ou áreas prioritizadas, removendo as barreiras à livre circulação de pessoas, bens, serviços e capital, bem como para melhorar as condições necessárias para um continente integrado funcionar como um mercado único. A parte africana informou a UE acerca dos seus esforços em curso, que visam a transformação da Comissão da UA em Autoridade da UA, em conformidade com a decisão da 1ª sessão ordinária da Conferência da União Africana, em Fevereiro de 2009.

## V. Questões Jurídicas

38. Os ministros lembraram a necessidade de lutar contra a impunidade, no âmbito do direito nacional e internacional, a fim de garantir que os indivíduos que cometem crimes graves, tais como crimes de guerra e crimes contra a humanidade, o genocídio e a tortura, não fiquem impunes, mas que sejam entregues à justiça.

39. Os ministros tomaram nota do relatório do grupo de especialistas independentes, que visava esclarecer as respectivas compreensões o princípio da jurisdição universal. Os ministros recordaram que o grupo tinha sido criado à luz do reconhecimento de que a questão trás consigo consequências negativas para as relações entre a UE e a parte africana. Eles exprimiram a sua gratidão aos seis especialistas independentes pelo seu trabalho e manifestaram a esperança de que este empreendimento tenha servido como resposta ao pedido da reunião da tróica ministerial, que teve lugar em Novembro de 2008. Eles concordaram que o relatório deve ser partilhado com os órgãos da UE e da UA, assim como com os Estados-membros.

### Hissene Habré

40. Os ministros tomaram nota da decisão adoptada pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, realizada em Fevereiro de 2009, sobre o julgamento do antigo presidente chadiano Hissene Habré, no Senegal, convidando a União Africana juntamente com o governo da República do Senegal e em estreita coordenação com a Comissão Europeia, a preparar o orçamento final do julgamento e a envolver o mais brevemente os outros parceiros neste processo. Os ministros sublinharam a necessidade de produzir o mais cedo possível este orçamento.

## VI. Data e Local da 1ª Reunião da Tróica Ministerial

41. Os ministros concordaram em realizar a 1ª reunião da tróica ministerial África-UE em Adis Abeba, a 14 de Outubro de 2009.

2009

Nota Introdutória: Relatório Do Diálogo  
África-Ue: Comunicado Da 12<sup>a</sup>  
Reunião Da Troika Ministerial  
África-Ue, Luxemburgo, 28 De Abril De 2009

União africano

União Africano

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/3968>

*Downloaded from African Union Common Repository*